

# **Biblioteca prisional e competência informacional: esquecimento institucional ou social?**

**Ludmila Ribeiro de Souza Alves** (UNIRIO) - milaribeirorsa@gmail.com

**Alex Medeiros Kornalewski** (UNIRIO) - alexmedeiros87@hotmail.com

**Francisco Ramos de Farias** (Unirio) - frfarias@uol.com.br

## **Resumo:**

*Ao tentar definir o que é informação esbarramos em uma gama de significações, pois o conceito é polissêmico. Todavia, o surgimento da sociedade da informação mudou a relação dos seres humanos com as implicações inerentes ao conceito de informação, dentre as quais iremos discorrer sobre a biblioteca prisional e as implicações da competência informacional. Cunhado na década de 70, a competência informacional compreende um conjunto de habilidades que versa sobre as questões de busca, acesso, avaliação e uso da informação. Defende-se, também, a inclusão dessa prática na matriz curricular escolar e a atuação pedagógica do bibliotecário aliado aos professores. Entretanto, adotando o Brasil como território da prática, temos uma realidade que ainda luta com o analfabetismo e com baixos níveis de escolaridade, além da ausência não só de bibliotecários atuantes como um todo, mas também de bibliotecários capacitados a essa tarefa de instruir ou mesmo prover auxílio pedagógico para fins de diminuição do analfabetismo. O quadro se estreita ainda mais quando nos situamos a analisar as bibliotecas e escolas prisionais. Diante da ausência de informações constata-se que há uma deficiência no cumprimento da constituição e, por conseguinte, da missão da biblioteca prisional, que é orientar o preso no retorno a liberdade e a capacidade da competência informacional enquanto uma política emancipadora, de forma a proporcionar a capacidade de escolha e decisões na vida das pessoas presas e respectivos egressos do sistema prisional.*

**Palavras-chave:** *biblioteca prisional; competência informacional; violência institucional*

**Eixo temático:** *Eixo 2: Não devemos deixar ninguém para trás*

## 1 INTRODUÇÃO

Ao tentar definir o que é informação esbarramos em uma gama de significações, haja vista que o conceito citado é polissêmico. Podemos analisar os usos frequentes do termo e nos guiar por seu enquadramento conceitual por intermédio dos seguintes vieses: Informação como processo, onde ocorre uma modificação de algo já conhecido mediante a um novo dado; Informação como conhecimento, usado na lógica do produto da informação, de forma a comunicar determinado acontecimento; Informação como coisa, todo e qualquer objeto que seja dotado de dados potencialmente acessíveis, como livros, narrativas transcritas e demais tipologias documentais (BUCKLAND, 1991). Todavia, o surgimento da sociedade da informação mudou a relação dos seres humanos com as implicações inerentes ao conceito de informação, dentre as quais iremos focar nos estudos sobre a Competência informacional, construída como uma disciplina que surge para prover meios de aprendizagem e capacitação dos usuários em prol do uso salutar da informação (DUDZIAK, 2008). Cunhado pelos bibliotecários norte-americanos na década de 70, a competência informacional compreende um conjunto de habilidades que versa sobre as questões de busca, acesso, avaliação e uso da informação, sendo visto como um “conceito dinâmico que continua a crescer para incorporar uma gama cada vez maior de habilidades necessárias aos indivíduos inseridos na era da informação” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 134). Defende-se, também, a inclusão dessa prática na matriz curricular escolar e a atuação pedagógica do bibliotecário aliado aos professores para alcançar esse objetivo. Entretanto, Se adotarmos o Brasil como território da prática, temos a realidade de um país que ainda luta com o analfabetismo e com baixos níveis de escolaridade, além da ausência não só de bibliotecários atuantes como um todo, mas também de bibliotecários capacitados a essa tarefa de instruir ou mesmo prover auxílio pedagógico para fins de diminuição do analfabetismo. O quadro se estreita ainda mais quando pensamos para além das bibliotecas escolares, mas sim, quando nos situamos a analisar as bibliotecas e escolas prisionais. As bibliotecas prisionais, previstas constitucionalmente desde 1886, deveriam estar presentes em cada penitenciária, entretanto, mais de 100 anos depois, isso ainda não é uma realidade, atestado por meio de uma verificação nos documentos oficiais do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2014, 2015, 2016). Os relatórios e páginas eletrônicas das unidades prisionais também não apresentam informações sobre o funcionamento das poucas bibliotecas relatadas, política adotada para o acervo, embora as bibliotecas estejam contempladas na Lei de Execução Penal, seja em âmbito nacional ou estadual.

Vale ressaltar que o foco de análise da presente comunicação se deu no Estado do Rio de Janeiro, apesar da pesquisa contemplar tipologias documentais que versem sobre a situação das prisões em nível nacional. Diante da ausência de informações constata-se que há uma deficiência no cumprimento da constituição e, por conseguinte, da missão da biblioteca prisional, que é orientar o preso no retorno a liberdade e a capacidade da competência informacional enquanto uma política emancipadora, de forma a proporcionar a capacidade de escolha e decisões na vida das pessoas presas e respectivos egressos do sistema prisional.

## **2 MÉTODO DE PESQUISA**

Adotou-se uma Revisão Bibliográfica de cunho empírico na plataforma do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) a fim de levantar dados acerca das bibliotecas prisionais. Em aditamento, utilizou-se como primeira estratégia de busca, os descritores biblioteca AND prisional, e posteriormente para uma busca mais refinada foram utilizados os termos biblioteca AND prisional AND rj. Foram utilizados, também, no Google os descritores biblioteca + (prisional) + (rj), em prol de verificar dentro de uma pesquisa genérica, a existência e o quantitativo de informações sobre as bibliotecas prisionais.

## **3 RESULTADOS / DISCUSSÃO**

Apesar da existência da Lei de Execução Penal, não foram localizados qualquer menção às bibliotecas no censo penitenciário. Além disso, na plataforma do próprio Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) só é possível encontrar um relatório de inspeção em estabelecimentos penais do estado do Maranhão do ano de 2018, onde consta informações sobre 6 instituições penais, sendo 3 com bibliotecas, no qual 1 é gerida pelos próprios internos. Dessa forma, a plataforma se apresenta insuficiente no fornecimento de dados acerca dessas instituições em recorte nacional. No âmbito do Rio de Janeiro só é possível encontrar dados na plataforma da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), onde há uma listagem com o nome das unidades prisionais e o nome de suas respectivas bibliotecas com 5 bibliotecas inativas e 1 em aquisição. Não há informações disponíveis sobre seus acervos ou qualquer menção em plataformas, seja no Rio de Janeiro ou em dimensão nacional, se configurando uma grande lacuna e, por conseguinte, ausência de informações sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, seja no viés assistencialista, tal como previsto pelos vários serviços que devem

constar nas unidades prisionais com base na LEP ou informações quanto à própria gestão das unidades prisionais, haja vista que a própria prisão também é uma política pública. Ainda assim, encontramos evidências científicas quanto a efetividade da competência informacional relacionada a capacidade de avaliar uma informação, ou dado, e aplicar a outro contexto, explicitado na pesquisa de Miotto (2017), em que a mesma relaciona a presença de espaços de leitura em casas prisionais do Rio Grande do Sul e o aumento das notas das provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação do ENEM para Pessoas Privadas de Liberdade, atestando a importância dessa prática no ambiente carcerário. Verifica-se que a ausência de dados e informações sobre o funcionamento das unidades prisionais e, especificamente, sobre a manutenção e implantação de bibliotecas prisionais, não constam como preocupações do Estado, além de não haver o apoio por parte da sociedade, cuja literatura demonstra que a preocupação de ambas as partes foca exclusivamente na lógica de contenção do ser, visto como anormal, desprovido de oportunidades, que deve ser afastado da sociedade ampla, alocado em uma instituição que prega a disciplina para os futuros egressos, mas preocupa-se, na prática, apenas com a lógica do Estado punitivo em detrimento do Estado social (WACQUANT, 2007). Em síntese, verifica-se que tanto nas páginas eletrônicas do Depen, das respectivas unidades prisionais, pesquisas feitas com estratégias de busca genérica na internet, base de dados e afins, reforça que o esquecimento quanto a criação, manutenção e o desenvolvimento de serviços de competência informacional nas unidades prisionais se constituem e são legitimados por uma ótica do esquecimento não apenas institucional, mas também social (equipe dirigente, assistentes diversos, associações, a própria categoria dos bibliotecários e a sociedade em sentido lato).

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

Embora previsto na Lei de Execução Penal, de 1984, o censo penitenciário deveria apurar, entre outras questões, a existência de bibliotecas nas unidades prisionais e a condição de seu acervo, além da funcionalidade das mesmas. As diversas lacunas que encontramos durante a pesquisa, a falta de informação sobre as poucas bibliotecas prisionais, comprovam o ambiente precário dessas unidades e a falta de engajamento dos profissionais que atuam direta ou indiretamente seja no caso da equipe dirigente, bibliotecários atuantes nas bibliotecas prisionais ou pesquisadores sobre a temática em questão. Constata-se que por ser uma discussão recente no âmbito da Biblioteconomia, carece de uma maior produção de relatórios que mostrem a real situação das bibliotecas

e artigos científicos para orientar os profissionais a agir e por quais caminhos seguir, onde investir, onde e como se aliar a outras instituições a fim de fazer, depois de todo esse tempo, a biblioteca prisional de fato cumprir sua missão. A temática da competência informacional também se mostra carente. A aplicação do conceito mostra-se parca nas bibliotecas prisionais, mesmo diante da apresentação de estudos científicos que atestam sua funcionalidade e efetividade, principalmente no caso das pessoas privadas de liberdade. Vale, ainda, a reflexão sobre mais um ponto: A pessoa, enquanto encarcerada, recebe informações superficiais e fragmentadas, se acostumando, assim, com esse fluxo. Ao ingressar na vida extramuros, o fluxo informacional é distinto, além do fato de não ser mais o mesmo, haja vista o excesso informacional a bombardear constante a sociedade por meio das diversas tecnologias de comunicação e informação. Assim sendo, cabe-nos refletir sobre a participação dos bibliotecários nesse cenário, pois como podemos auxiliar? E por que essa problemática mostra-se mais emergente quando pensamos sobre determinadas tipologias de bibliotecas, como é o caso das bibliotecas prisionais?

### **Agência Financiadora**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

## REFERÊNCIAS

BUCKLAND, Michael. Information as a thing. **Journal of the american society for Information Science (JASIS)**. v. 45, n.5, p. 351-360, 1991.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 32, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAMPELO%20Competencia%20Informacional.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2015\\_dezembro.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2015_dezembro.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 18, p. 41-53, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MIOTTO, Neli. Leitura no cárcere: Um caminho para liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 32-52, dez. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/790/651>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez. 2009.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.